



Embratel Participações S.A.

Informações Trimestrais (ITRs) Acompanhadas do
Relatório sobre Revisão Especial

30 de Junho de 2001

Relatório sobre Revisão Especial

Aos Administradores e Acionistas da

Embratel Participações S.A.:

(1) Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) da EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A., compreendendo os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado em 30 de junho de 2001, as respectivas demonstrações do resultado individual (controladora) e consolidado para o semestre findo naquela data, o relatório de desempenho e as informações relevantes.

(2) Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais, e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Sociedade.

(3) Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo (1) para que estejam de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais obrigatórias.

(4) Os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de março de 2001, apresentado para fins comparativos, foi por nós revisado, conforme relatório, sem ressalva, datado de 7 de maio de 2001. As demonstrações do resultado individual (controladora) e consolidado para o semestre findo em 30 de junho de 2000, apresentadas também para fins comparativos, foram por nós revisadas, conforme relatório, sem ressalva, datado de 21 de julho de 2000.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2001.

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC-2-SP-123-S-RJ

Fernando Marotta
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC-1-RJ-12.214-4

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO E 31 DE MARÇO DE 2001

(Em milhares de reais)

A T I V O

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2001	31 de março de 2001	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
CIRCULANTE		98.016	242.145	3.773.394	3.535.608
		-----	-----	-----	-----
Disponibilidades	9	16.097	16.534	398.066	390.739
Contas a receber de serviços	10	-	-	2.587.443	2.497.936
Tributos diferidos e a recuperar	11	36.667	36.662	593.958	456.523
Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	45.252	188.911	-	-
Outros ativos		-	38	193.927	190.410
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.516	12.506	650.390	670.631
		-----	-----	-----	-----
Tributos diferidos e a recuperar	11	-	-	251.547	300.555
Depósitos judiciais		12.516	12.506	342.198	321.239
Outros ativos		-	-	56.645	48.837
PERMANENTE		6.011.918	6.050.471	7.903.198	7.816.196
		-----	-----	-----	-----
Investimentos	12	6.011.918	6.050.471	351.862	351.886
Imobilizado	13	-	-	7.551.336	7.464.310
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo		6.122.450	6.305.122	12.326.982	12.022.435
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO E 31 DE MARÇO DE 2001

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2001	31 de março de 2001	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
CIRCULANTE		102.719	246.561	3.630.528	3.666.495
Pessoal, encargos e benefícios sociais		76	2	126.092	108.576
Contas a pagar e despesas provisionadas	14	36.550	257	1.334.020	1.313.525
Impostos, taxas e contribuições	15	42.459	42.440	529.907	567.189
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	19	8.061	14.940	6.411	15.064
Dividendos propostos/juros sobre o capital próprio	19	15.563	188.911	17.378	191.440
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.293.689	1.184.301
Provisão para contingências	17	-	-	17.342	23.843
Participação de empregados nos Resultados		-	-	27.572	39.865
Plano de pensão – Telos	18	-	-	69.320	61.948
Controladas e coligadas	20	10	-	21.186	10.083
Outras obrigações		-	11	187.611	150.661
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		915	915	2.288.448	1.926.818
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.880.412	1.527.522
Plano de pensão – Telos	18	-	-	190.293	201.218
Impostos, taxas e contribuições	15	-	-	216.828	197.163
Recursos capitalizáveis		915	915	915	915
RECEITAS ANTECIPADAS		-	-	137.199	121.495
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	251.991	249.982
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	6.018.816	6.057.646	6.018.816	6.057.645
Capital social realizado		2.273.913	2.134.427	2.273.913	2.134.427
Reserva de lucros		1.912.114	1.912.114	1.912.114	1.921.028
Ações em tesouraria		(41.101)	(41.101)	(41.101)	(41.101)
Lucros acumulados		1.873.890	2.052.206	1.873.890	2.043.291
Total do passivo		6.122.450	6.305.122	12.326.982	12.022.435

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2001 E 30 DE JUNHO DE 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30 de junho		30 de junho	
		2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:					
Serviços de telecomunicações		-	-	5.013.804	4.140.353
Deduções da receita bruta		-	-	(1.310.598)	(1.029.221)
		-----	-----	-----	-----
Receita operacional líquida	5	-	-	3.703.206	3.111.132
Custo dos serviços prestados	6	-	-	(2.447.796)	(2.082.964)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO BRUTO		-	-	1.255.410	1.028.168
		-----	-----	-----	-----
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(64.443)	274.573	(941.126)	(567.410)
		-----	-----	-----	-----
Comercialização dos serviços		-	-	(522.858)	(252.663)
Gerais e administrativas		(1.609)	(1.639)	(432.252)	(301.239)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	(140)	13.984	(13.508)
Resultado de equivalência patrimonial		(62.834)	276.352	-	-
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(64.443)	274.573	314.284	460.758
		-----	-----	-----	-----
Resultado financeiro	7	810	(994)	(361.427)	(24.673)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(63.633)	273.579	(47.143)	436.085
		-----	-----	-----	-----
Resultado não operacional		(29)	-	(7.179)	11.885
		-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(63.662)	273.579	(54.322)	447.970
		-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8	-	-	8.859	(155.644)
Participação de empregados nos Resultados		-	-	(23.115)	(15.420)
Participações minoritárias		-	-	(3.998)	(3.436)
		-----	-----	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(63.662)	273.579	(72.576)	273.470
		=====	=====	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)		332.932.361	332.915.828	332.932.361	332.915.828
		=====	=====	=====	=====
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,19)	0,82	(0,22)	0,82
		===	===	===	===

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º SEMESTRE DE 2001

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. OPERAÇÕES E HISTÓRICO

A Embratel Participações S.A. foi constituída de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, e com base no Decreto nº 2.546, de 14 de abril de 1998, resultante da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás, cujo protocolo foi aprovado em Assembléia de Acionistas realizada em 22 de maio de 1998. O laudo de avaliação foi elaborado com data-base de 28 de fevereiro de 1998.

O Governo Federal vendeu a participação de 19,26% na Embratel Participações S.A. em leilão público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, sendo esta adquirida pela Startel Participações Ltda. (WorldCom).

A Embratel Participações S.A. detém 98,8% do capital social da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel, empresa prestadora dos serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, em consonância com os termos da concessão outorgada pelo Governo Federal, a qual expirará em 31 de dezembro de 2005, podendo ser renovada por um período de mais 20 anos.

Os negócios das controladas, Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A - Embratel e Star One S.A., incluindo os serviços que prestam e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, a autoridade regulamentadora da indústria brasileira de telecomunicações, conforme estabelecido na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individual e consolidada em 30 de junho de 2001 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

São considerados investimentos temporários de alta liquidez, a serem mantidos até suas datas de vencimento. Estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, limitados ao valor de mercado, quando aplicável.

b. Contas a Receber de Serviços

Referem-se, principalmente, aos valores a receber pela prestação de serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, prestados aos clientes, faturados ou não nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. Também estão registrados nessa conta os valores a receber referentes a serviços de dados prestados aos clientes, bem como outros serviços.

Foi constituída provisão para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

c. Saldos em Moeda Estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira estão registrados pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica Resultado Financeiro, quando incorridos. Os efeitos das variações cambiais estão detalhados na Nota 7.

d. Investimentos

Referem-se, principalmente, a participações nas controladas e no consórcio internacional Intelsat, e são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos os montantes de variação cambial, quando aplicáveis, pelo regime de competência. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas prováveis, quando aplicável.

e. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação acumulada.

As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 13.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos vinculados a obras em andamento são registrados no imobilizado.

f. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os impostos diferidos são provisionados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado nas notas 8, 11 e 15.

g. Provisão para Contingências

Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 17.

h. Plano de Pensão - Telos

A controlada Embratel mantém uma entidade para administrar os fundos de pensão e outros benefícios de aposentadoria para seus empregados (Nota 18). Tanto as contribuições para o plano de benefícios definidos quanto aquelas para o plano de contribuição definida são contabilizadas pelo regime de competência. As contribuições para os planos são determinadas atuarialmente.

i. Receitas Antecipadas

Referem-se a receitas antecipadas na venda de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e empresas internacionais com atuação no Mercosul, sendo apropriadas ao resultado do período de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

j. Reconhecimento das Receitas

As receitas dos serviços prestados são contabilizadas pelo regime de competência, reduzidas de provisão para questionamentos e erros. As receitas dos serviços internacionais incluem receitas geradas pelos acordos entre a controlada Embratel e as entidades estrangeiras de telecomunicações. Esses acordos definem taxas pagas pela controlada às entidades estrangeiras pela utilização dos equipamentos para completar as ligações faturadas fora do Brasil. As receitas relacionadas às ligações internacionais são registradas mensalmente, líquidas dos valores a serem pagos às entidades estrangeiras.

k. Resultado Financeiro

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes do resultado de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos, os quais são reconhecidos pelo regime de competência.

I. Participação de Empregados nos Resultados

A controlada Embratel constituiu uma provisão para participação de empregados nos resultados, cujo pagamento está sujeito à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

m. Lucro Líquido (Prejuízo) por Lote de Mil Ações

O lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações está calculado com base no número de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e a longo prazo, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários no resultado e no patrimônio líquido.

As demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2001 e 31 de março de 2001 incluem as demonstrações contábeis da Embratel Participações S.A. e de suas controladas, direta ou indiretamente, como se segue:

	Participação direta e/ou indireta (%)
	30 de junho e 31 de março de 2001
	Capital social/ votante
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel	98,8
BrasilCenter Comunicações Ltda.	100,0
Embratel Soluções Ltda.	100,0
Embratel Americas, Inc. (1)	100,0
Star One S.A. (2)	80,0
Ponape Telecomunicações Ltda. (3)	100,0
Palau Telecomunicações Ltda. (4)	100,0
Embratel Clearinghouse Ltda. (5) (6)	100,0
Acessonet Ltda. (7)	100,0

(1) Início das operações em maio de 2000

(2) Início das operações em novembro de 2000

(3) (4) e (5) Início das operações em dezembro de 2000

(6) Nova razão social da Oroluk Telecomunicações Ltda. a partir de 2 de abril de 2001, tendo por objeto social as atividades de (i) análise e processamento de dados, (ii) coleta, roteamento e distribuição de mensagens de sinalização e (iii) instalação, supervisão, operação e manutenção de redes.

(7) Início das operações em dezembro de 2000.

Em 29 de março de 2001 a controlada Embratel incorporou as empresas Keshara Empreendimentos Ltda., detentora de 100% do capital social da Acessonet Ltda., e a Star Sat S.A., detentora de 80% do capital social da Star One S.A.

5. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	Semestre findo em	
	2001	2000
Área de voz-		
Longa distância nacional	2.239.675	1.757.737
Longa distância internacional	455.914	492.962
	-----	-----
	2.695.589	2.250.699
Área de dados	894.432	748.004
Outros serviços	113.185	112.429
	-----	-----
Receita operacional, líquida	3.703.206	3.111.132
	=====	=====

6. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	Semestre findo em	
	30 de junho	
	2001	2000
Remuneração de meios (interconexão)/facilidades	(1.766.637)	(1.507.983)
Depreciação	(447.054)	(389.547)
Pessoal	(114.911)	(106.621)
Serviços de terceiros	(77.367)	(61.292)
Outros	(41.827)	(17.521)
	-----	-----
Total	(2.447.796)	(2.082.964)
	=====	=====

As despesas relacionadas à remuneração de meios (interconexão) referem-se a pagamentos para as companhias de telefonia fixa local pelo uso de linhas de circuitos privados e custos de interconexão pagos pela controlada Embratel às três companhias regionais de telefonia fixa, de acordo com o novo regime de interconexão determinado pela Resolução nº 33, que passou a vigorar em 1º de abril de 1998.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	Semestre findo em			
	30 de junho		30 de junho	
	2001	2000	2001	2000
Receitas financeiras-				
Receitas com aplicações financeiras	810	202	38.511	67.103
Variações monetárias ativas	-	736	139	568
Variações cambiais ativas	-	-	(3.142)	(1.216)
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	810	938	35.508	66.455
Despesas financeiras-				
Despesas com operações financeiras	-	-	(136.857)	(75.350)
Variações monetárias passivas	-	(1.932)	(12.001)	(20.137)
Variações cambiais passivas	-	-	(248.077)	4.359
	-----	-----	-----	-----
Subtotal	-	(1.932)	(396.935)	(91.128)
	-----	-----	-----	-----
Total	810	(994)	(361.427)	(24.673)
	====	=====	=====	=====

No 1º semestre de 2001, o real acumulou a desvalorização de 17,87% frente à cotação do dólar americano, tendo a Sociedade apurado, por conta disso, despesa com variação cambial no valor de R\$248.077 no referido período, líquido dos ganhos oriundos dos contratos de "hedge".

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A controladora e suas controladas provisionam mensalmente as parcelas de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSSL, recolhendo os tributos com base na estimativa mensal mediante balanço de suspensão, conforme previsto na legislação fiscal vigente. As parcelas de antecipação do IRPJ e da CSSL são contabilizadas sob as rubricas Imposto de Renda - Estimativa e Contribuição Social - Estimativa, sendo que, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, essas contas são consideradas retificadoras dos respectivos passivos específicos (veja Nota 15).

A legislação tributária introduzida em 1995 (Lei nº 8.981) restringiu a compensação dos prejuízos fiscais acumulados e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro a 30% (trinta por cento) dos lucros tributáveis gerados em cada período-base. Em 30 de junho de 2001, a controlada Embratel possuía R\$134.130 de prejuízos fiscais e R\$22.839 de base negativa de contribuição social (em 30 de junho de 2000 - R\$80.955 de prejuízos fiscais e R\$161.127 de base negativa de contribuição social).

8.1 - Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de imposto de renda e contribuição social é composta da despesa corrente, apurada no ano e calculada de acordo com a legislação fiscal vigente, e da diferida, correspondente ao efeito dos impostos sobre as diferenças temporárias originadas ou realizadas no ano. O imposto de renda e contribuição social diferidos apurados no semestre findo em 30 de junho de 2001 e 30 de junho de 2000 totalizaram R\$19.015 e (R\$9.345), respectivamente, e foram calculados sobre provisão para devedores duvidosos, depreciação acelerada, prejuízos fiscais, impostos temporariamente indedutíveis e outras receitas e despesas temporariamente tributáveis e dedutíveis.

Composição das Receitas (Despesas) com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	Semestre findo em	
	30 de junho	
	2001	2000
Corrente-		
Contribuição social	(2.692)	(38.733)
Imposto de renda	(7.464)	(107.566)
	-----	-----
Total de receitas (despesas) correntes	(10.156)	(146.299)
Diferido-		
Contribuição social	6.703	2.329
Imposto de renda	12.312	(11.674)
	-----	-----
Total de receitas (despesas) diferidas	19.015	(9.345)
	-----	-----
Total (IRPJ + CSSL)	8.859	(155.644)
	=====	=====

8.2 - Conciliação das Receitas (Despesas) Tributárias com as Alíquotas Nominais

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais, para o valor registrado como receita/despesa de imposto de renda e contribuição social, é como se segue:

	Consolidado	
	Semestre findo em	
	30 de junho	
	2001	2000
Lucro (prejuízo) antes de impostos e participações	(54.322)	447.970
Participação de empregados nos resultados	(23.115)	(15.420)
	-----	-----
Lucro (prejuízo) líquido antes de impostos	(77.437)	432.550
Despesa de contribuição social à alíquota nominal	6.969	(41.887)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-		
Ajuste de alíquota de 12% para 9%	-	(5.138)
Constituição do crédito s/ receita internacional isenta	2.261	16.187
Encargos financeiros não-dedutíveis	(2.480)	-
Adições e exclusões permanentes diversas	(2.739)	(5.566)
	-----	-----
Crédito (despesa) de CSSL na demonstração do resultado	4.011	(36.404)
	=====	=====
Despesa de imposto de renda à alíquota nominal (25%)	19.359	(111.993)
Ajuste para obtenção da alíquota efetiva-		
Encargos financeiros não-dedutíveis	(6.890)	-
Adições e exclusões permanentes diversas	(7.621)	(7.247)
	-----	-----
Crédito (despesa) de IRPJ na demonstração do resultado	4.848	(119.240)
	-----	-----
Total geral (IRPJ + CSSL)	8.859	(155.644)
	=====	=====

A provisão para imposto de renda foi constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% previsto em lei. A contribuição social, por sua vez, foi calculada à alíquota 12% até janeiro de 2000 (alteração estabelecida na Instrução Normativa nº 81/99, de 30 de junho de 1999), e 9% a partir de fevereiro de 2000 (alteração conforme Medida Provisória 1991-12 de 14 de dezembro de 1999).

9. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Caixa e bancos	15.483	15.744	72.206	110.195
Aplicações financeiras no exterior	-	-	89.526	101.105
Títulos e valores mobiliários	614	790	236.334	179.439
	-----	-----	-----	-----
Total	16.097	16.534	398.066	390.739
	=====	=====	=====	=====

Os títulos e valores mobiliários são representados, principalmente, por títulos de renda fixa. As aplicações no exterior são oriundas de valores de tráfego mútuo recebidos das entidades operadoras de telecomunicações no exterior e convertidas em aplicações de curto prazo.

10. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS

	Consolidado	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Entidades nacionais/clientes	3.130.262	2.888.700
Administradoras estrangeiras	281.787	272.961
	-----	-----
Subtotal	3.412.049	3.161.661
Provisão para devedores duvidosos	(824.606)	(663.725)
	-----	-----
Total	2.587.443	2.497.936
	=====	=====

11. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Imposto de renda retido na fonte	34.682	34.677	39.661	35.243
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	113	113	2.210	5.668
Tributos diferidos ativos-				
Provisão para baixa de ativo fixo	-	-	22.443	27.238
Depreciação acelerada	-	-	44.015	68.692
Prejuízos fiscais	-	-	33.582	43.256
Provisão para devedores duvidosos	-	-	279.752	225.360
Cofins/PIS - temporariamente indedutíveis	1.872	1.872	89.263	85.928
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	40.761	42.708
Outros tributos diferidos (provisões)	-	-	119.101	93.191
ICMS	-	-	125.086	81.486
Outros	-	-	49.631	48.308
	-----	-----	-----	-----
Total	36.667	36.662	845.505	757.078
	=====	=====	=====	=====
Circulante	36.667	36.662	593.958	456.523
	=====	=====	=====	=====
Longo prazo	-	-	251.547	300.555
	=====	=====	=====	=====

Como parte do acordo de admissão do novo sócio na controlada Star One S.A., em janeiro de 2001, a SES Participações Ltda. (subsidiária brasileira do novo sócio) foi incorporada na referida controlada. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, no valor de R\$40.761 em 30 de junho de 2001 (R\$42.708 em 31 de março de 2001) são oriundos desta incorporação.

12. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Participação avaliada pela equivalência patrimonial-		
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	6.011.875	6.050.439
Embratel Soluções Ltda.	62	51
Ponape Telecomunicações Ltda.	10	10
Deságio na compra de ações	(29)	(29)
	-----	-----
Total	6.011.918	6.050.471
	=====	=====

O saldo consolidado de investimentos em 30 de junho de 2001 e 31 de março de 2001, no montante de R\$351.862 e R\$351.886, respectivamente, refere-se substancialmente a participações em consórcios internacionais.

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado			
		30 de junho de 2001			31 de março de 2001
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Obras em andamento	-	1.545.207	-	1.545.207	1.369.673
Equipamentos de comutação	7,69	1.304.838	(600.476)	704.362	772.238
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	7.015.544	(3.084.237)	3.931.307	4.039.946
Prédios e canalização	4,00	1.239.042	(579.209)	659.833	656.534
Outros ativos	5,00 a 20,00 (*)	1.526.137	(815.510)	710.627	625.919
		-----	-----	-----	-----
Total		12.630.768	(5.079.432)	7.551.336	7.464.310
		=====	=====	=====	=====

(*) Exceto para os terrenos, que montavam, em 30 de junho e 31 de março de 2001, R\$165.959 e R\$165.528, respectivamente.

Bens totalmente depreciados montam a R\$1.634.457 e R\$1.587.223 em 30 de junho e em 31 de março de 2001, respectivamente.

14. CONTAS A PAGAR E DESPESAS PROVISIONADAS

	Consolidado	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Fornecedores	957.351	949.546
Entidades estrangeiras	289.883	256.495
Consignações a favor de terceiros/outras	86.786	107.484
	-----	-----
Total	1.334.020	1.313.525
	=====	=====

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Tributos indiretos-				
ICMS	-	-	116.866	190.858
PIS/Cofins	12.522	12.503	47.504	48.602
PIS/Pasep – exigibilidade suspensa	-	-	94.176	91.162
Cofins - depósito judicial (majoração alíquota de 2% para 3%)	-	-	174.049	154.036
ISS	-	-	5.218	4.479
Outros	-	-	11.474	13.246
Tributos sobre a renda-				
IRRF sobre JSCP	22.601	22.601	22.601	22.601
IRPJ - exigibilidade suspensa- Resolução nº 82/92 do Senado Federal	-	-	175.623	170.166
IRPJ - estimativa	7.336	7.336	41.200	18.120
CSSL - estimativa	-	-	12.001	4.123
Tributos diferidos passivos-				
Lei nº 8.200/91 - correção monetária Complementar	-	-	46.023	46.959
Total	42.459	42.440	746.735	764.352
Circulante	42.459	42.440	529.907	567.189
Longo prazo	-	-	216.828	197.163

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	30 de junho de 2001		31 de março de 2001	
	Principal	Juros	Total	Total
Instituições financeiras	3.046.003	64.475	3.110.478	2.643.586
Fornecedores	62.016	1.607	63.623	68.237
Total	3.108.019	66.082	3.174.101	2.711.823
Circulante	1.227.607	66.082	1.293.689	1.184.301
Longo prazo	1.880.412		1.880.412	1.527.522

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras foram substancialmente contratados em moeda estrangeira. A taxa efetiva ("all in") de juros da dívida total é equivalente a variação cambial mais 9,30% a.a.

Os financiamentos com fornecedores são contratados em moeda estrangeira e referem-se a compra de equipamentos e materiais necessários à adequada prestação dos serviços de telecomunicação nacional e internacional.

a. Modalidade/Finalidade

	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
Moeda nacional-		
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	25.053	25.179
	-----	-----
Total em moeda nacional	25.053	25.179
	=====	=====
Moeda estrangeira-		
Capital de giro	1.607.752	1.204.649
Financiamento do ativo permanente-		
Instituições financeiras	1.476.931	1.413.759
Fornecedores	64.365	68.236
	-----	-----
Total em moeda estrangeira	3.149.048	2.686.644
	=====	=====

b. Cronograma de Pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser liquidada como se segue:

Ano	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
2002	270.937	333.698
2003	471.390	305.939
2004	505.788	292.115
2005 em diante	632.297	595.770
	-----	-----
Total	1.880.412	1.527.522
	=====	=====

c. Composição da Dívida por Moeda

<u>Atualizado pelo</u>	<u>Taxa de câmbio de 30 de junho de 2001 (em R\$)</u>	<u>30 de junho de 2001</u>	<u>31 de março de 2001</u>
Real	-	25.053	25.179
Dólar norte-americano	2,304900	2.322.877	2.179.884
Franco francês	0,299350	171.057	181.004
Marco alemão	1,003980	10.891	11.468
Iene japonês	0,018482	644.223	314.288
		-----	-----
Total		3.174.101	2.711.823
		=====	=====

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por notas promissórias.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

No curso normal dos negócios, a controlada Embratel está envolvida em causas judiciais e discussões potenciais, as quais foram ou podem vir a ser levantadas, incluindo, dentre outras, questões de ordem cível, administrativa, fiscal, previdenciária e trabalhista.

Parte significativa das contingências discutidas a seguir envolvem questões de extrema complexidade, com características únicas da Sociedade e/ou da indústria de telecomunicações, que surgiram em função da margem a diferentes interpretações causadas pelas legislações pertinentes e que até a presente data não apresentam jurisprudência consolidada.

Da mesma forma, cabe mencionar que a maioria das questões discutidas a seguir são originadas de procedimentos já adotados anteriormente à privatização da Sociedade, os quais estavam fundamentados em instruções de órgãos competentes da época.

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Embratel acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para a Sociedade.

Os detalhes das principais causas atualmente em curso estão descritos a seguir:

a. Reclamações Trabalhistas

A provisão para reclamações trabalhistas totalizou R\$17.342 em 30 de junho de 2001 (R\$23.843 em 31 de março de 2001). Essa quantia representa a estimativa da Administração, baseada em seus consultores legais, das perdas prováveis relativas a diversos processos iniciados por atuais e antigos funcionários.

b. Contingências Fiscais

b.1 - Retenção de Imposto de Renda sobre Remessas a Companhias Estrangeiras de Telecomunicações

A controlada Embratel efetua pagamentos regulares a companhias internacionais de telecomunicações referentes a ligações oriundas do Brasil e encerradas no exterior (tráfego sainte). A legislação fiscal brasileira, genericamente, determina a retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados (remessas) referentes aos serviços prestados por companhias situadas no exterior. Entretanto, com base em pareceres jurídicos e decisões do Ministério da Fazenda dos anos de 1952 e 1953, a Sociedade não retém o citado imposto.

Além disso, vige no Brasil a Convenção Internacional de Telecomunicações, aprovada em Nairóbi, Quênia (Tratado de Nairóbi) em 6 de novembro de 1982, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 55, de 4 de outubro de 1989, ratificado pela Carta Presidencial de 21 de janeiro de 1990 e promulgado pelo Decreto Presidencial nº 70, de 26 de março de 1991. Conseqüentemente, impera na jurisdição a obrigatoriedade de serem observados os regulamentos administrativos exarados no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, da qual o Brasil é país-membro. Desse modo, entende a Administração estar assegurada à controlada Embratel a isenção de imposto de renda na fonte sobre as remessas efetuadas ao exterior a operadoras de telefonia que prestam serviços de completamento de ligações oriundas do Brasil, em virtude do estabelecido no Regulamento Internacional de Telecomunicações, aprovado em Melbourne, Austrália, em 9 de dezembro de 1988.

Em 8 de fevereiro de 1999, a Sociedade formulou consulta para as autoridades fiscais sobre essa matéria. Em 3 de setembro de 1999, a Sociedade tomou ciência da resposta à consulta formulada em 8 de fevereiro de 1999, na qual a autoridade fiscal exarou o entendimento de que a isenção do imposto de renda na fonte incidente sobre as remessas para o exterior somente deve ser aplicada a partir de 19 de outubro de 1998, nos termos do Decreto nº 2.962/99, promulgador da Constituição e da Convenção da UIT. A autoridade fiscal também reconheceu que o imposto de renda na fonte sobre os valores remetidos pela controlada Embratel para as operadoras de telecomunicações no exterior deve observar o artigo 7º do Modelo OCDE adotado pelo Brasil em matéria de tratados bilaterais para evitar a dupla tributação da renda, desde que não haja nenhuma ressalva nos tratados específicos ou em protocolo adicional.

De qualquer forma, a Sociedade decidiu impetrar Mandado de Segurança junto ao Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no qual, em 30 de setembro de 1999, obteve deferimento de medida liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário decorrente da consulta em comento.

Em 23 de dezembro de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$410.697 pela não-retenção de 25% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados entre dezembro de 1994 e outubro de 1998, exação essa que desconsiderou a análise dos tratados bilaterais de tributação mencionados expressamente na resposta da autoridade fiscal à consulta formulada. A Sociedade também se defendeu desse Auto de Infração apresentando sua defesa administrativa, a qual se encontra em análise pelas autoridades fiscais.

A União Federal recorreu da decisão liminar do Juízo da 14ª Vara Federal e, em 10 de abril de 2000, a Justiça Federal da 2ª Região, através da desembargadora relatora, suspendeu os efeitos da referida liminar, o que foi confirmado pela Turma.

No que tange ao processo judicial, em que discute-se a exigibilidade do crédito tributário, suspensa mediante apresentação de fiança bancária, conforme decisão do Tribunal Regional Federal em Agravo Regimental, encontra-se este aguardando a prolação de sentença pelo Juízo da 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Por provocação do Ministério das Comunicações a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu, em 31 de outubro de 2000, um parecer sobre as contingências fiscais relacionadas a essa matéria e ao imposto de renda sobre resultado internacional entrante (item b.2 a seguir). Esse parecer, posicionando-se pela legitimidade da cobrança, externa a posição do executivo do Governo Federal e contraria a posição da Sociedade. No entanto, a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre essa causa, na medida em que a decisão final será tomada pelos órgãos julgadores competentes.

Com base nos argumentos expostos e na avaliação da Administração e dos consultores jurídicos da Sociedade, que avaliam como remota a perda da Sociedade na causa, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis por conta dessa causa.

b.2 - Imposto de Renda sobre Resultado Internacional Entrante

A controlada Embratel, baseada na opinião de seus consultores legais, julga que a receita operacional dos serviços de telecomunicações gerada no exterior (tráfego entrante) não está sujeita a tributação, já que o advento da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, não teria revogado a isenção concedida por lei específica.

Por conta dessa matéria, no final do mês de março de 1999, a Sociedade foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em R\$287.239 pelo não-recolhimento do imposto de renda nos anos de 1996 e 1997. No final de abril de 1999, a controlada Embratel entrou com defesa administrativa contra essa autuação, que se encontra em primeira instância para julgamento.

No entanto, a Sociedade julgou conveniente efetuar o recolhimento do imposto para o período de agosto a dezembro de 1998, no montante de R\$34.320 (incluindo os juros), dando continuidade nos meses que se sucedem até que essa questão seja resolvida, ficando, assim, livre de penalidades, sem prejuízo de pleitear, no momento oportuno, a restituição dos valores recolhidos. Esse montante foi registrado como despesa nas demonstrações contábeis e pago no primeiro trimestre de 1999.

Em 17 de junho de 1999, a Embratel foi autuada pelo não-pagamento de imposto de renda sobre resultado internacional entrante relativo ao exercício de 1998, totalizando R\$64.396. A Sociedade continuará pagando imposto de renda sobre o resultado internacional entrante até que seja resolvida a controvérsia tributária. A controlada Embratel também se defendeu desse auto de infração apresentando sua defesa administrativa, a qual foi julgada parcialmente procedente, dada uma parcela a maior da exação, tendo apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes, o qual, em 12 de julho de 2000, foi julgado desfavorável à Sociedade. Em decorrência dessa decisão, a Embratel ingressou com recurso na Câmara Superior de Recursos Fiscais em 16 de março de 2001.

O parecer da Advocacia Geral da União (AGU) emitido em 31 de outubro de 2000 (veja item b.1 acima) também externa a posição do executivo do governo federal, o qual contraria a posição da Sociedade. No entanto, nessa questão a Administração da Sociedade e seus consultores jurídicos também entendem que o referido parecer não apresenta novos fatos ou argumentos de qualquer natureza que alterem suas avaliações sobre esta causa.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, os quais avaliam como possível a perda da Sociedade nesta causa, os valores correspondentes aos autos de infração mencionados não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

b.3 - ICMS sobre Serviços Prestados

Até o advento da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1996), as operadoras locais de telefonia faturavam e recolhiam o ICMS na prestação do serviço de telefonia fixa com base de cálculo reduzida correspondendo a uma alíquota efetiva de 13%, em razão do Convênio ICMS nº 27, de 29 de março de 1994.

Com a entrada em vigor da referida Lei Complementar (16 de setembro de 1996), as empresas operadoras de telecomunicações do Sistema Telebrás foram instadas a não mais tributar as chamadas destinadas ao exterior.

Atualmente, algumas autoridades fiscais vêm atuando certas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações locais em decorrência do não recolhimento do ICMS nos serviços internacionais.

A controlada Embratel recebeu algumas autuações pelo não pagamento de ICMS oriundo de serviços prestados, incluindo serviços no campo internacional e de outros entendidos pela Sociedade como isentos ou não tributáveis. A Administração da Sociedade, com base nos fatos atualmente disponíveis, avaliou como remota a probabilidade de perda da Sociedade em boa parte dessas autuações. Aquelas autuações cujas chances de perda foram avaliadas como possíveis pelos consultores jurídicos montam em aproximadamente R\$179 milhões em 30 de junho de 2001. Em decorrência desta avaliação, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis.

Paralelamente, a controlada está participando, efetivamente, do esforço, no sentido de demonstrar às autoridades fiscais o impacto econômico nocivo ao setor dessa discutida carga tributária, se incidente nos citados serviços.

c. Outros Impostos

A determinação da maneira pela qual impostos federais, estaduais e municipais são aplicados sobre as operações da Sociedade está sujeita a diversas interpretações devido à natureza única dessas operações. A Administração da Sociedade acredita que a interpretação das obrigações fiscais desta está substancialmente de acordo com a legislação atual. Conseqüentemente, quaisquer mudanças no tratamento fiscal sobre essas operações irão resultar de novas legislações ou regras interpretativas por parte das autoridades fiscais.

d. Contingências Junto à Anatel e à Justiça do Estado de São Paulo

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicação em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Embratel foi oficialmente notificada pela Anatel - para pagar multa proveniente do processo sancionatório relativo ao período no qual as operadoras efetivaram a mudança no código de discagem.

A Sociedade impetrou medida judicial contestando a validade do procedimento sancionatório e obteve (i) liminar no sentido de afastar a cobrança da multa e (ii) manifestação favorável do Ministério Público. Entretanto, em 24 de Abril de 2001 o Juízo de primeira instância decidiu por manter o pagamento da multa, tendo, no entanto, julgado procedente o pedido da Sociedade de redução da multa de R\$55 milhões para R\$50 milhões. A Sociedade irá recorrer da decisão e buscará obter provimento judicial para afastar a cobrança da multa enquanto discute a questão na Justiça.

Pelo mesmo fato, o Estado de São Paulo e a Fundação Procon impetraram ação civil pública junto à 14ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo, sendo que, em 30 de março de 2000, foi divulgada sentença de primeira instância condenando a Sociedade e a operadora local a pagarem multa de R\$30 milhões e a devolverem aos usuários de telefonia do Estado de São Paulo os valores relativos às ligações telefônicas realizadas no período de 3 a 12 de julho de 1999. A Sociedade recorreu dessa decisão ao Tribunal.

Devido ao entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos sobre essa matéria, que avaliam como possível a probabilidade de perda da Sociedade nestas causas, os valores correspondentes às referidas penalidades não foram provisionados nas demonstrações contábeis.

18. PLANO DE PENSÃO - TELOS

A Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. Foi instituída pela controlada Embratel em 1º de agosto de 1975.

A Embratel patrocina dois planos de pensão: benefício definido e contribuição definida, ambos administrados pela Telos. A taxa de contribuição da patrocinadora referente ao antigo plano (plano de benefício definido) para o exercício de 2000, que é a mesma prevista para o exercício de 2001, é de 19,8% do salário dos participantes ativos.

Subseqüentemente à privatização, a Sociedade elaborou plano de contribuição definida, através da Telos, o qual foi revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. Os novos empregados contratados aderem, automaticamente, ao novo plano, estando interrompidas quaisquer adesões ao plano de benefício definido. Para o plano de contribuição definida, a contribuição da patrocinadora varia de 3% a 8% do salário do participante, além da contribuição extraordinária, prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para os casos de incapacidade e morte.

Em 1º de setembro de 1999 foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial

reconhecida em favor da Telos será paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo plano de contribuição definida. Sobre o saldo não amortizado, são apropriados rendimentos mensais e sucessivos correspondentes à aplicação da taxa de valorização dos ativos da Telos. O referido passivo junto à Telos, atualizado para 30 de junho de 2001, monta a importância de R\$259.613 (R\$263.166 em 31 de março de 2001), o qual não está incluída no total dos ativos dos planos indicados a seguir.

Do ponto de vista patrimonial, a Telos apresentava em 30 de junho de 2001 os seguintes saldos estimados (não auditados):

Reservas técnicas-	
Reservas matemáticas	1.450.261
Plano de benefício definido-	
Benefícios concedidos	692.175
Benefícios a conceder	10.042
Plano de contribuição definida-	
Benefícios concedidos	151.663
Benefícios a conceder	596.381
Superávit técnico	12.848

Total das reservas	1.463.109
	=====
Ativos dos planos-	
Mercado de renda fixa	1.132.142
Mercado de renda variável	251.899
Mercado imobiliário	68.869
Operações com participantes	30.639

Total dos ativos dos planos	1.483.549
	=====
Contribuições da patrocinadora no período	13.080
	=====

Os planos de pensão patrocinados pela controlada Embratel, mencionados acima, constituem-se nos principais benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

A partir da emissão da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes desses benefícios foram instituídas e deverão ser obrigatoriamente aplicadas para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2002. Os efeitos dessas novas práticas, se existentes, devem ser divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2001 e o seu reconhecimento contábil, de acordo com opção dada pelo citado pronunciamento, deverá ser efetuado em contra partida ao patrimônio líquido naquela data, como ajuste de exercícios anteriores, ou ser reconhecido no resultado de exercícios posteriores no prazo de cinco anos ou no tempo de serviço ou vida remanescente dos empregados, se menor.

A Administração da Sociedade, considerando a assinatura do termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado em 1º de setembro de 1999 com a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, conforme mencionado acima, não acredita que a aplicação da referida Deliberação CVM nº 371 trará efeitos significativos às demonstrações contábeis. No entanto, a Administração da Sociedade, e seus

atuários estão apurando a existência ou não de efeitos decorrentes desse assunto. Quando concluída a apuração desses efeitos, a Administração da Sociedade fará a opção por uma das formas de registro contábil previsto no parágrafo anterior.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social Realizado

O capital autorizado em 30 de junho de 2001 e 31 de março de 2001 é de 700 bilhões de ações ordinárias ou preferenciais. Em 28 de maio de 2001, a Assembléia dos Acionistas aprovou a utilização dos Lucros Acumulados para aumento de capital no valor de R\$139.486, montante suficiente para o enquadramento ao artigo 199 da Lei nº 6.404/76. O capital social subscrito, totalmente integralizado no encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2001, é de R\$2.273.913 (R\$2.134.427 em 31 de março de 2001), representado por 334.399.028 mil ações, sem valor nominal, assim distribuídas (em lote de mil ações): 124.369.031 ações ordinárias e 210.029.997 ações preferenciais. O valor patrimonial das ações (por lote de mil, expresso em reais) em 30 de junho de 2001 e 31 de março de 2001 é de R\$18,00 e R\$18,12, respectivamente.

Em 29 de junho de 2001, a acionista Startel Participações Ltda., até então detentora de 19,3% do capital social da Sociedade, transferiu 2.350.575 ações ordinárias (em lote de mil ações) de sua propriedade para um novo acionista, a New Startel Participações Ltda., que passa a deter 0,7% do capital total da Sociedade.

b. Reserva de Lucros

Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Reserva de Lucros a Realizar

Reserva oriunda da cisão da Telebrás (Nota 1) e originada de receitas contabilizadas decorrentes de ganhos líquidos da correção monetária e dos ajustes de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial. A reserva é realizada quando do recebimento de dividendos das controladas, bem como para complementar os dividendos mínimos para as ações preferenciais.

c. Ações em Tesouraria

Ao fim do primeiro semestre de 2001, a Sociedade mantinha em tesouraria 1.466.667 mil ações preferenciais, de sua própria emissão, a um custo médio ponderado de aquisição, por lote de mil ações, expresso em reais, de R\$28,02.

No decorrer do primeiro semestre de 2001, a Sociedade alienou 13.333 mil ações ao preço médio de R\$ 23,13 por lote de mil ações, o que resultou em um deságio de R\$65.000 também registrado contra lucros acumulados.

A alienação de ações existentes em tesouraria foi efetuada na forma privada para atender ao exercício do plano de opções de compra de ações (veja Nota 19.e), de acordo com a autorização CVM/GEA nº 213/99.

d. Dividendos

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto sob circunstâncias limitadas, sendo a elas assegurado o direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% ao ano sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número de ações da Sociedade, e prioridade em relação às ações ordinárias em caso de liquidação da Sociedade.

De acordo com o Estatuto, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Sociedade e em consonância com a Lei das S.A. Os dividendos propostos são apropriados somente no encerramento do exercício.

e. Plano de Opções de Compra de Ações

O plano aprovado em AGE realizada em 17 de dezembro de 1998 outorgou a opção de compra de ações preferenciais aos diretores e empregados na proporção de 33% em cada período anual, a contar de um ano da data da outorga e dentro do limite máximo de dez anos para exercício do direito. As ações adquiridas por exercício da opção manterão todos os direitos pertinentes às ações de igual classe e espécie, inclusive quanto aos dividendos. As informações relativas ao plano de opções de compra estão sumariadas a seguir:

Quantidade de opções de compra de ações preferenciais (lote de mil ações)-	
Opções ofertadas até 31 de dezembro de 1998	1.635.000
Opções ofertadas em 1999	355.000
Opções exercidas em 1999	(173.333)
Opções vendidas em 1999	(9.000)
Opções canceladas em 1999	(45.000)

Opções em aberto em 31 de dezembro de 1999	1.762.667
Opções ofertadas em 2000	2.048.265
Opções exercidas em 2000	(122.700)
Opções vendidas em 2000	(4.800)
Opções canceladas em 2000	(130.000)

Opções em aberto em 31 de dezembro de 2000	3.553.432
	=====
Opções vendidas em 2001	(13.333)
Opções canceladas em 2001	(109.218)

Opções em aberto em 30 de junho de 2001	3.430.881
	=====

Preço médio ponderado das opções de compra atualizado para 30 de junho de 2001 pelo IGP-M (por lote de mil ações, expresso em reais), como se segue-

Opções concebidas em dezembro de 1998	23,87
	=====
Opções concebidas em março de 1999	36,32
	=====
Opções concebidas em julho de 1999	28,04
	=====
Opções concebidas em setembro de 1999	27,58
	=====

f. Conciliação entre o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido da Controladora e Consolidado

Em 30 de junho de 2001, a conciliação entre o prejuízo do exercício da controladora e consolidado se apresentava como se segue:

	Prejuízo do período de seis meses findo em	Lucro do período de seis meses findo em
	30 de junho de 2001	30 de junho de 2000
	-----	-----
Controladora	(63.662)	273.579
	-----	-----
IR Diferido sobre ágio pago na controlada Star One (nota 11)	(8.914)	-
Prejuízos na controlada BrasilCenter e Embratel Américas (registrados diretamente no patrimônio líquido pela controladora Embratel)	-	(109)
	-----	-----
Consolidado	(72.576)	273.470
	=====	=====

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A partir da privatização, as principais transações com empresas relacionadas são com a WorldCom, as quais são realizadas em condições usuais de mercado para esses tipos de operações. Os saldos a receber e a pagar em 30 de junho e 31 de março de 2001 decorrentes dessas transações são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2001	31 de março de 2001	30 de junho de 2001	31 de março de 2001
	-----	-----	-----	-----
ATIVO:				
Circulante-				
Administrações estrangeiras	-	-	67.729	55.415
Dividendos propostos	17.028	60.845	-	-
Juros sobre o capital próprio - Embratel	28.224	128.066	-	-
PASSIVO:				
Circulante-				
Administrações estrangeiras	-	-	48.542	30.129
Juros sobre o capital próprio - Startel	-	24.775	-	24.775
Dividendos propostos – Startel	-	11.771	-	11.771
Outras obrigações	10	-	21.186	10.083

Em conformidade com o contrato de concessão com a Anatel e aprovação em Assembléia Geral Extraordinária em 18 de novembro de 1998, foram apropriados nos semestres findos em 30 de junho de 2001 e 2000, na conta Despesas Gerais e Administrativas, os valores de R\$18.679 e R\$31.124, respectivamente, relativos à prestação de serviços de consultoria a favor da WorldCom International, Inc., empresa controlada pela WorldCom.

21. SEGUROS (NÃO AUDITADOS)

A Administração considera que todos os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguros.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Considerações Gerais

A controlada Embratel participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a reduzir a exposição a riscos de variação de moeda e de juros, que, em geral, envolvem a alteração de indexadores e/ou taxas de rendimentos/juros de aplicações financeiras e empréstimos. A administração desses riscos é efetuada através de estratégias de operação e determinação de limites.

b. "Swap" de Juros e Moedas

A controlada Embratel efetuou operações de derivativos com o intuito de proteção contra a oscilação de taxas de juros externas e moedas estrangeiras frente ao Real. Os valores nominais destas operações, ao final do 2º trimestre de 2001, totalizaram R\$1.052.131 (R\$796.039 no 1º trimestre) e não são registrados no balanço patrimonial.

Os ganhos e perdas nas operações decorrem das diferenças das variações nos indexadores contratados e são registrados em Resultado Financeiro, na demonstração do resultado, de acordo com o período de competência.

c. Critérios, Premissas e Limitações nos Cálculos do Valor de Mercado

Disponibilidades, Contas a
Receber e a Pagar a Curto Prazo

Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

Tributos Diferidos - Ativos e Passivos

O valor de mercado foi calculado descontando-se os fluxos de caixa futuros pela taxa de juros de longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos

O valor de mercado é calculado com base no valor presente dos fluxos associados a cada instrumento, utilizando-se as taxas de juros correntes para instrumentos similares e de vencimentos comparáveis.

Limitações

Os valores de mercado são calculados em um momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

Os instrumentos financeiros, incluindo as parcelas com vencimento a curto prazo, cujos saldos contábeis são diferentes dos valores de mercado, são sumariados a seguir.

	Consolidado	
	30 de junho de 2001	
	Valor Contábil	Valor de mercado
Tributos diferidos e a recuperar	845.505	767.485
	-----	-----
Ativos	845.505	767.485
	=====	=====
Impostos, taxas e contribuições	746.735	709.850
Empréstimos e financiamentos	3.174.101	2.923.716
	-----	-----
Passivos	3.920.836	3.633.566
	=====	=====

23. EVENTO SUBSEQÜENTE

No 2º semestre de 2001, a controlada Acessionet Ltda. será incorporada pela controlada Embratel. Em 30 de junho de 2001, a controlada Acessionet Ltda. possuía passivo a descoberto no valor de R\$19.521.

* * * * *

EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2001 EM RELAÇÃO ÀS PRINCIPAIS

VARIAÇÕES OCORRIDAS NO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR

SERVIÇOS DE DADOS E INTERNET

No segundo trimestre, a receita de dados foi de R\$435 milhões, com crescimento de 9 por cento comparado ao mesmo trimestre de 2000. O menor crescimento da receita foi resultado principalmente da não renovação dos contratos de curto prazo de aluguéis de linhas para outras operadoras. A desvalorização do Real, o desaquecimento da economia e ainda a redução de preços também impactaram no crescimento.

Os aluguéis de linhas para outras operadoras representou 7 por cento do total da receita de dados no segundo trimestre de 2001, comparado aos 15 por cento do mesmo trimestre do ano anterior. A Empresa acredita que a receita proveniente dos atuais contratos venha cair no decorrer do ano. A entrada de novos "players" de telecomunicações no próximo ano poderá compensar parte dessa redução.

A receita de serviços de dados corporativos, a qual inclui redes corporativas, serviços de "frame relay" e Internet cresceram 21 por cento quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Os principais serviços de dados, como o "frame relay" continua a mostrar crescimento da receita, e a demanda por transmissão de dados via satélite também se mantém forte. A receita de Internet, que atualmente representa 30 por cento da receita de dados, cresceu mais que 70 por cento quando comparado ao igual período do ano anterior. O crescimento da receita de dados tem sido pressionado pela competição de preços nos serviços de banda larga para empresas nas rotas de maior tráfego do país.

No acumulado até a data, a receita de dados atingiu R\$894 milhões representando 20 por cento de crescimento comparado a R\$748 milhões no primeiro semestre de 2000. Com esse resultado, dados agora representa 24 por cento da receita líquida.

Devido à redução na receita de aluguel de linhas às outras operadoras, à pressão nos preços, às incertezas econômicas associadas à crise de energia e à desvalorização da moeda brasileira, esperamos agora um crescimento de dados na faixa de 15 a 20 por cento.

LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

A receita de longa distância nacional atingiu R\$1,1 bilhão no segundo trimestre de 2001, comparado com R\$855 milhões no segundo trimestre de 2000, representando um forte crescimento de 32 por cento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento do tráfego de longa distância nacional, o "mix" de tráfego, a eliminação de algumas promoções e os novos planos de chamadas alternativos, que contribuíram para o aumento da receita média por minuto, foram os responsáveis por esse crescimento.

No acumulado do ano, a receita de longa distância nacional foi de R\$2,2 bilhões, correspondendo a um crescimento de 27 por cento comparado ao primeiro semestre de 2000.

LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL

A receita de longa distância internacional foi de R\$236 milhões, uma redução de 14 por cento comparado a R\$274 milhões no segundo trimestre de 2000, causado principalmente por preços de tráfego sainte mais baixos em decorrência de um mercado mais competitivo. Comparado ao primeiro trimestre de 2001, a receita cresceu 7 por cento como resultado do término de promoções praticadas no período. A receita de longa distância internacional continua sujeita à pressão nos preços e à competição de serviços ilegais.

No acumulado até a data, a receita de longa distância foi de R\$456 milhões comparado a R\$493 milhões no primeiro semestre de 2000.

EBITDA

O EBITDA atingiu R\$402 milhões comparado a R\$443 milhões no segundo trimestre de 2000. A margem do EBITDA foi de 22 por cento neste trimestre, comparado a 28 por cento no segundo trimestre de 2000. Em 2001, a Empresa absorveu novos impostos regulatórios arrecadados para os fundos de universalização de serviços (FUST e FUNTTEL - aproximadamente 1,5 por cento da receita) os quais foram responsáveis pelo aumento em Outros Custos de Serviços e Despesas de Vendas Gerais e Administrativas (excluindo provisão para devedores duvidosos) para 22 por cento da receita líquida no segundo trimestre de 2001 comparado a 21 por cento no mesmo trimestre do ano anterior. O esforço para controlar os custos permitiu que a Empresa absorvesse estes novos impostos sem aumentar estas despesas na mesma proporção. A provisão para devedores duvidosos foi de R\$160 milhões, representando 8,6 por cento da receita líquida (ou 6,3 por cento da receita bruta).

No acumulado até a data, o EBITDA foi de R\$824 milhões comparado a R\$875 milhões no mesmo período do ano passado. Essa redução foi causada principalmente pelos impostos adicionais e aumento da provisão para devedores duvidosos.

LUCRO LÍQUIDO

O prejuízo líquido no segundo trimestre de 2001 foi de R\$39 milhões. Este resultado foi causado pelo efeito da desvalorização do Real em relação ao dólar (6,6 por cento no trimestre) na dívida em moeda estrangeira da Empresa (veja abaixo em Situação Financeira).

No acumulado até a data, o prejuízo atingiu R\$73 milhões comparado ao lucro líquido de R\$273 milhões no primeiro semestre de 2000.

Excluindo o efeito da desvalorização do Real e as perdas de variação cambial (líquido do benefício fiscal), o lucro líquido para o segundo trimestre teria sido de R\$28 milhões ao invés do prejuízo de R\$ 39 milhões.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Embratel Participações finalizou o trimestre com uma posição de caixa de R\$398 milhões. A dívida total de junho de 2001 era de R\$3,2 bilhões dos quais R\$1,3 bilhão era da dívida de curto prazo e de parcelas de longo prazo vencendo no curto prazo. No final do trimestre, aproximadamente R\$1,2 bilhão, de valor de referência da dívida ("notional amount"), estava protegido contra flutuações da moeda através de operações de derivativos. O montante protegido ("hedge") cobre aproximadamente 70 por cento da dívida vencendo em um ano. A política da empresa é de fazer "hedge" em todas as novas dívidas de prazo menor que 3 anos. Não houve mudança no perfil de moeda da dívida neste trimestre. A taxa de juros média é US\$ dólar mais 9,3 por cento a.a. Em 30 de junho de 2001, o índice de endividamento (dívida/patrimônio líquido) da Embratel era de 0,53.

O efeito antes dos impostos da variação cambial negativa, no resultado financeiro, foi de R\$160 milhões, sendo compensado por R\$58 milhões de ganho de operações de "hedge". O montante de principal e de juros pagos no trimestre foi de aproximadamente R\$201 milhões.

Desde o início de 2001, do total de R\$287 (líquido dos ganhos de "hedge") de perda de variação cambial decorrente da desvalorização da moeda sendo que R\$51 milhões era relativo a dívida de curto prazo e de parcelas de dívida de longo prazo vencendo no curto prazo. O restante de R\$236 milhões é relativo à dívida de longo prazo. O principal e juros pagos nos 6 últimos meses foram de R\$320 milhões.

CONTAS A RECEBER

A posição do contas a receber da Empresa em 30 de junho de 2001 era de R\$2,6 bilhões. O montante bruto dos recebíveis era de R\$3,4 bilhões no segundo trimestre de 2001 comparado a R\$3,2 bilhões no primeiro trimestre de 2001. A provisão para devedores duvidosos acumulada foi de R\$825 milhões no final do segundo trimestre de 2001.

Várias medidas tomadas pela Empresa, para conter a inadimplência, foram adiadas. Algumas das medidas mais efetivas, como enviar nomes de inadimplentes às agência de proteção ao crédito, tiveram que ser suspensas devido às decisões desfavoráveis da justiça e às reações das agências de proteção ao consumidor e do agente regulador. Em decorrência, a Empresa não espera reduzir o nível de provisionamento tão rápido como planejado. A provisão para devedores duvidosos permanecerá no nível atual durante o resto do ano. A Embratel está acompanhando de perto o comportamento do consumidor a fim de detectar se a piora da situação econômica poderá impactar ainda mais o nível de inadimplência.

A Empresa continua implementando iniciativas para melhorar o processo de cobrança.

INVESTIMENTO

Os investimentos, neste segundo trimestre, foram de R\$340 milhões. Os investimentos foram assim distribuídos: acesso e infraestrutura local - 40 por cento; serviços de dados e Internet - 19 por cento; infraestrutura de rede - 13 por cento e outros - 29 por cento. A Empresa está monitorando os investimentos de perto para mantê-los dentro do montante planejado de R\$1,5 bilhão, apesar da desvalorização da moeda.

PREÇOS

Em 25 de junho de 2001, a Anatel autorizou reajustes de tarifas. A tarifa de longa distância nacional aumentou 7 por cento em média.

EXPECTATIVAS FINANCEIRAS (CRESCIMENTO DO ANO DE 2001 COMPARADO A 2000)

	Anterior	Atual
Receita líquida de LDN	10-15 por cento	10-15 por cento
Receita líquida de LDI	igual	igual - (5 por cento)
Receita líquida de dados	20-35 por cento	15-20 por cento (principais serviços 20-30 por cento e aluguel de linhas dedicadas para operadoras em declínio)
Receita líquida Total	10-20 por cento	10-20 por cento
Margem EBITDA	em torno de 25 por cento	faixa inferior entre 20 - 25 por cento
Provisão para devedores duvidosos	5-8 por cento	8-9 por cento

A Embratel é a provedora de telecomunicações "premium" do Brasil. Oferece uma vasta gama de serviços de telecomunicações avançados sobre sua rede estado-da-arte. É líder em serviços de dados e Internet no país. Os serviços oferecidos incluem: voz avançada, serviço de dados em alta velocidade, Internet, comunicação de dados por satélites e redes corporativas. A Embratel está em posição singular para ser a empresa com uma rede fim-a-fim ("all-distance") da América do Sul. A rede da Embratel possui cobertura nacional com 28.388 km de cabos de fibra, compreendendo mais de 1.045.617 km de fibras ópticas.

* * * * *

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE CONTROLADAS/COLIGADAS

EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES

FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2001 E 30 DE JUNHO DE 2000

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	30 de junho	
	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:		
Serviços de telecomunicações	5.013.804	4.140.353
Deduções da receita bruta	(1.310.598)	(1.029.122)
	-----	-----
Receita operacional líquida	3.703.206	3.111.231
Custo dos serviços prestados	(2.447.796)	(2.082.964)
	-----	-----
Lucro bruto	1.255.410	1.028.267
	-----	-----
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(939.520)	(565.711)
	-----	-----
Comercialização dos serviços	(522.858)	(252.663)
Gerais e administrativas	(430.645)	(299.680)
Outras receitas (despesas) operacionais	13.983	(13.368)
	-----	-----
LUCRO OPERACIONAL ANTES O RESULTADO FINANCEIRO	315.890	462.556
	-----	-----
Resultado financeiro	(362.239)	(23.684)
	-----	-----
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(46.349)	438.872
	-----	-----
Resultado não operacional	(7.151)	11.885
	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(53.500)	450.757
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8.859	(155.644)
Participação de empregados nos resultados	(23.115)	(15.420)
Participações minoritárias	(4.889)	-
	-----	-----
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(72.645)	279.693
	=====	=====
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (LOTES DE MIL)	4.723.844	4.723.844
	=====	=====
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES	(15,38)	59,21
	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.